

COMPREENENDO AS DINÂMICAS E DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA PLACON GB¹

Alassana Dem²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas e desafios das organizações da sociedade civil guineense, tendo o escopo à análise da Plataforma de Concertação das ONGs Nacionais e Internacionais na Guiné-Bissau (PLACON). Partindo da aceção de que na maioria parte dos países africanos, e especialmente na Guiné-Bissau, a noção da sociedade civil pode ser percebida a partir da heterogeneidade, política e cultural, com posturas sociais diferentes, atrelados num bojo de disputas e conflitos políticos da natureza distinta. Nesse sentido, analisaremos os dados da consolidação de organizações da sociedade civil guineense por meio da análise dos dados da PLACON-GB. Trata-se de uma pesquisa descritiva com uso de técnicas de revisão bibliográfica e estatística exploratória. A construção do banco de dados com informações da PLACON-GB permitiu a confirmação da análise presente na literatura sobre a organização da sociedade civil, destacados quatro períodos. Esses períodos são: o primeiro destaca início dos anos 1980 a metade dos anos 1990; o segundo período aponta a guerra de 7 de junho de 1998; o terceiro período compreende ao golpe de Estado em 2012 e quarto período remeteria a formulação do plano *terra ranka* em 2014 .

Palavras-chave: Participação política - Guiné-Bissau. Plataforma de Concertação das ONGs Nacionais e Internacionais (Guiné-Bissau) - Estudos de caso. Sociedade civil - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The present work aims to understand the dynamics and challenges of Guinean civil society organisations, with the scope of analysis of the Platform of Concertation of National and International NGOs in Guinea-Bissau (PLACON). Starting from the understanding that in most African countries, and especially in Guinea-Bissau, the notion of civil society can be perceived from the heterogeneity, political and cultural, with different social attitudes, linked in a context of disputes and political conflicts of a distinct nature. In this sense, we will analyze the data of the consolidation of Guinean civil society organizations through the analysis of data from PLACON-GB. This is a descriptive research using literature review and exploratory statistical techniques. The construction of the database with information from PLACON-GB allowed for the confirmation of the analysis present in the literature on civil society organization, highlighting four periods. These periods are: the first period highlights the beginning of the 1980s to the mid-1990s; the second period points to the war of June 7, 1998; the third period includes the coup d'état in 2012; and the fourth period refers to the formulation of the *terra ranka* plan in 2014.

Key words: Civil society - Guinea-Bissau. National and International NGOs Dialogue Platform (Guinea-Bissau) - Case studies. Political participation - Guinea-Bissau.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho.

² Licenciando em Ciências Sociais e Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

1 INTRODUÇÃO

Em termos geográficos, a Guiné-Bissau está localizada na costa ocidental da África, com uma superfície territorial de 36.125 km². Possui uma população de quase dois milhões de habitantes. Faz fronteira com Senegal ao Norte e ao Sul e a leste com a República da Guiné-Conakry, ambas antigas colônias de França. É banhado pelo Oceano Atlântico, sendo também conhecido pela sua grande diversidade étnica, religiosa e sociocultural (AUGEL, 2007).

Depois de 11 anos de luta armada contra a dominação colonial portuguesa, proclamou-se em 1973 a independência unilateral da Guiné-Bissau. No entanto, o período a seguir à independência foi marcado por cíclicas instabilidades sociais, econômicas e político-institucionais, envolvendo às vezes a classe castrense. Em decorrência disso, assistiu-se o descumprimento dos projetos do desenvolvimento e a consolidação de um Estado de direito democrático. Esses imbróglis acabaram por impulsionar a presença dos agentes sociais e das agências internacionais na elaboração e implementação das agendas do desenvolvimento voltadas para as áreas temáticas como: saúde, educação, economia, política, ambiente, cultura etc.

A literatura endossa que nos anos de 1990, assistiu-se a uma proliferação de várias formações associativas, partidos políticos, sindicatos que hoje podemos denominar de sociedade civil. O propósito dessas organizações era o de impulsionar mais presença dos cidadãos nas tomadas de decisão. Na medida em que fortalecimento das entidades comunitárias, associações, organizações não governamentais e organizações sociais de várias naturezas são principais incursões do cidadão no processo político³.

Para Cardoso (2008) na maioria parte dos países africanos, inclusive a Guiné-Bissau, a sociedade civil foi bastante ativa nas mudanças que marcaram a esfera pública e privada nos finais da década de 1980 e início de 1990. As organizações foram importantes na construção e consolidação de um espaço público, principalmente, na passagem de regimes monopartidários para regimes multipartidários. No caso guineense, vale destacar que os movimentos da sociedade civil insurgiram-se primeiramente contra os empecilhos criados pela herança colonial portuguesa e posteriormente à ditadura do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde⁴ (PAIGC), o que resulta na alteração da Constituição da República e

³ Ver: Carlos Cardoso (2008), Ricardino Teixeira (2012) e Miguel de Barros (2014). Todos esses autores convergem nesse ponto do impulso das agentes sociais no cenário político-social no país.

⁴ O artigo 4º da Constituição da República de 1973 define que o PAIGC como a única formação política e o dirigente máximo da sociedade, do Estado e da toda Nação. Nesse sentido, ele se configura como “Partido-Estado” regulava toda a vida social, política, econômica e cultural do país (TEIXEIRA, 2015).

retira o monopólio do Partido-Estado, permitindo assim o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, etc. especialmente aqueles que reuniram diversos grupos de *mandjuandadis*⁵ e *djidius*, uma velha tradição que expressa, ainda hoje, o *modus vivendi* peculiar da vida cotidiana na Guiné-Bissau (BULL, 1989, HAVICK, 1999, KOUDAW, 1996-2001, apud, TEIXEIRA, 2012).

Perante o exposto, o presente artigo procura compreender os desafios das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau, a partir das suas dinâmicas no processo da democratização e consolidação do desenvolvimento nacional: com enfoque na análise dos dados da Plataforma de Concertação das ONGs Nacional e Internacional na Guiné-Bissau (PLACON-GB).

Para tanto, ele está organizado em cinco (5) seções com exceção dessa parte introdutória e das considerações finais. Na primeira seção “Sociedade Civil na Guiné Bissau”, apresentamos uma noção conceitual da sociedade civil, tendo como escopo real da sociedade guineense, ou seja, elaboramos abordagem afrocêntrica. Visto que se trata de conceito por natureza polissêmico no pensamento social contemporâneo. Tomando por base os estudos de Koudawo (1996), Cardoso (2008), Teixeira (2015) e Barros (2015), o conceito de sociedade civil, no contexto guineense, está distante da oposição entre a sociedade e o Estado; ou entre o público e privado. Em suma, a sociedade consiste num conjunto de atores sociais com projetos e ideologias políticas diferentes, que não se restringem apenas às instâncias formais da representação política. Na segunda, “Estruturação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da Guiné-Bissau” buscamos abordar os períodos que caracterizam as OSCs guineenses, para entender as dinâmicas e os atores que implicam no âmbito da sociedade civil, a partir de uma visão diacrônica. Já na terceira seção, apresentamos a plataforma de concertação das ONGs nacionais e internacionais da Guiné-Bissau (PLACON GB), através dos princípios básicos e ideológicos que a regem, bem como a justificativa para a escolha da PLACON-GB como objeto do nosso trabalho. A quarta seção, diz respeito aos procedimentos metodológicos, no qual explicamos os caminhos percorridos para a concretização desse trabalho, por exemplo, como foram feitas todos os levantamentos: bibliográficos, coleta de dados, montagem de bancos de dados e por último a sua análise. Por fim, a quinta seção, constitui-se como a principal deste trabalho porque nela apresentamos a análise e discussão

⁵ Para Maria Odete Semedo (2010), As *mandjuandadi* compreendidas como grupo organizado, cuja finalidade é a solidariedade social entre os seus membros, existem em todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau. Cada grupo denomina a coletividade por um termo específico da sua língua, mas sendo o crioulo guineense a língua franca, todos os grupos étnicos a usam. Logo, para além do nome vernáculo que define coletividade, usa-se a denominação em crioula, ou seja, o termo *mandjuandadi*.

dos dados coletados. Destarte, procuramos ao longo de análise mobilizar os dados com as bibliografias usadas para dar maior compreensão da temática em questão.

2 SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO GUINEENSE

No pensamento contemporâneo a sociedade civil se constitui uma das maiores ferramentas sociais na construção dos espaços privados e públicos das diferentes sociedades no mundo. De igual modo, a sua natureza é polissêmica e complexa. “Por isso são utilizados com diferentes sentidos e acepções em diversos espaços sociais, econômicos, culturais e políticos, tornando-se assim, necessário saber o que se quer afirmar precisamente com esses conceitos” (TEIXEIRA, 2015, p. 96-97). Sendo assim, nessa seção propomos o debate da sociedade civil no contexto africano e ater-se-á na sociedade guineense, distanciando assim da concepção tradicional (Ocidental⁶) do conceito da sociedade civil.

Partindo de uma perspectiva da história percebe-se que o debate acadêmico e político sobre a sociedade civil, movimentos sociais, participação política e democracia na Guiné-Bissau ainda é incipiente. Apoiando-nos na literatura local ver-se-á com a emergência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP-GB) na década de oitenta do século passado, e, conseqüentemente, a partir dos pesquisadores oriundos dessa instituição, conseguiu-se produzir vasta literatura abordando diversos temas de interesse nacional, como a construção do Estado-Nação⁷. Exposto isto, para Carlos Cardoso (2008) a noção da sociedade civil guineense não está conectada diretamente com as estruturas modernas do Estado colonial nem ao próprio colonialismo. Não obstante, segundo o mesmo pode-se evidenciar a partir das suas configurações sociopolíticas, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas os elementos pré-coloniais que atestam vestígios de ações coletivas, movimentos e associações de cidadãos cujas mobilizações se encontram fora dos trâmites de Estado e do mercado, contudo, encontram-se movimentos culturais, associações, organizações das mulheres, juventude, clube desportiva, etc. (FORREST, 2003, apud CARDOSO, 2008, p. 7).

⁶ Nessa perspectiva estamos a referir autores clássicos do Ocidente, por exemplo: Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx, Gramsci, Habermas.

⁷ Conforme Teixeira (2009), o INEP também desenvolveu temas como autoritarismo, tornando-se, a partir dos anos 1980, o maior centro de pesquisa em Ciências Sociais da África Lusófona. Com efeito, destaca a contribuição de autores ousados como: Lopez (1987) Santo (1989) Imbali (1989) Jau (1989) Cardoso (1989), na construção e institucionalização das ciências sociais no país. De outro lado, nos anos 1990 destaca-se também autores como: Cardoso (1996), Augel (1996), Mendy, (1996), Koudawo, (1996,2001), Gomes (1996), Silva (1996), Duarte (1996), Monteiro e Martins (1996), Cardoso e Imbali (1996).

Para Cardoso, a ideia da sociedade civil na Guiné-Bissau retira a sua força de várias fontes históricas, incluindo a evolução das relações e das alianças inter-étnicas, das estruturas sociais baseadas em classes de idade, dos sistemas de autoridade selecionada a partir da aldeia, das dinâmicas das formações sócio-religiosas de uma variedade de instituições rurais envolvidas na tomada de decisões (CARDOSO, 2014 apud. BARROS 2014). Isso põe como questão o uso do conceito da sociedade civil a partir dos contextos africanos. Tal uso, sobretudo, desafia os pressupostos de uma homogeneidade como a possibilidade de generalização de característica para o universo das organizações da sociedade civil. Nesse sentido, destaca-se a vasta heterogeneidade das mobilizações no continente, impulsionadas nas políticas redistributivas ligadas às ações como: a terra, ao trabalho, aos direitos das mulheres, aos refugiados, às minorias sexuais, à oposição às organizações multilaterais e as corporações transnacionais (MUTZENBERG, 2015).

A título de exemplo, identificam-se as *mandjuandades*, como uma categoria analítica de pensar a sociedade civil, cuja gênese remonta a época pré-independência, no período de democratização viram revigoradas as suas redes de atuação. Elas são sempre citadas para exemplificar a vitalização das estruturas tradicionais de socialização que permitiu servir de refúgio às expressões autônomas das populações ainda durante a época colonial (Koudawo, 1996).⁸ De igual modo, Barros e Rivera (2011) argumentam que as engenharias desencadeadas por atores como as *mandjuandades*, *bancadas* ou *bideras*⁹, têm influenciado o comportamento social bissau-guineense, atuando não só na afirmação de sociabilidades, mas sim, na construção de alternativas de emprego, geração de renda e até influências na governação, alicerçadas nas redes sociais, entre o localismo e o cosmopolitismo, como sujeitos sociais, contribuindo assim para desconstruir a dicotomia formal/informal. Portanto, podemos considera-las como a forma da resistência que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia e vínculo de solidariedade e identidade do grupo.

Para Teixeira (2015) os grupos de *mandjuandades* assumem o caráter mobilizador no envolvimento dos autores sociais e na intermediação entre o Estado e a sociedade civil, entre a cultura local e a “cosmopolita”. Em suma, podemos perceber as *mandjuandades* como

⁸ As características das *mandjuandades*, em aparência simples, mas solidamente assentes na estrita observância de regras não escritas, remetem mais para um modo informal de existência, e colocam a questão da pertença integral destas organizações de essência tradicional à sociedade civil. Esta questão se encontra a sua pertinência apenas no quadro de uma definição que limita o conceito de sociedade civil aos grupos ou instituições formalmente construídos segundo as normas oficiais, e apoiados num organograma, um discurso e uma gestão “moderno” é rebatida pelo papel central que desempenham, de fato, as estruturas associativas tradicionais na afirmação de modos alternativos de organização e de ação face ao Estado (KOU Dawo, 1996. p. 109).

⁹ *Bideras*, na língua guineense, remete as mulheres que desenvolvem atividades comerciais de uma maneira independente, da conta própria.

instâncias informais de coesão social e de solidariedade, chamam a atenção para uma das formas de luta e da articulação política que a sociedade civil encontrou para manter a sua autonomia organizacional e política no processo da democratização da Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2009).

Nessa concepção, a sociedade civil permite a inclusão dos grupos étnicos na sua construção heterogênea, político e cultural com configurações e formas sociais distintas, mas inseridas numa arena de disputas e conflitos políticos da natureza distinta. Com base nas sociedades africanas, em particular sociedade guineense é plausível afirmar que a sociedade civil nutre das formações étnicas e culturais. Portanto, partindo das leituras de Koudawo (1996), Cardoso (1996; 2008); Teixeira (2012; 2015), Barros (2014), compreendemos que o conceito da sociedade civil guineense só é válido com a inclusão das variadas culturas existente no país, desta feita, a nossa tese corrobora com o pensamento dos autores já citados.

3 ESTRUTURAÇÃO DAS OSC NA GUINÉ-BISSAU

Os primeiros estudos que emergiram na Guiné-Bissau a respeito da sociedade civil enquadram-se no esforço em elevar os níveis do desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do país e adotar as medidas corretivas necessárias para amenizar os problemas vivenciados pela população. Isso acabou por despertar o interesse de alguns pesquisadores sobre o assunto (TEIXEIRA, 2012).

Destarte, nessa seção destacaremos os períodos que marcaram a estruturação das organizações da sociedade civil guineense no debate acadêmico e político numa visão diacrônica, que implica os processos que determinam a sua estruturação. Além disso, o relatório da União Europeia, intitulado “Mapeamento da sociedade civil da Guiné-Bissau” (2018) servirá como ferramenta de apoio analítica, por ser um dos estudos mais recentes sobre a sociedade civil. Com base nessas informações, delinearemos quatro períodos para responder à pergunta que guia o trabalho: como entender as dinâmicas de atuação e desafios da sociedade civil guineense através do período de funcionamento da PLACON-GB?

O primeiro período, segundo Constantini et. al (2018), a organização da sociedade civil remeteria à década de 80 e a metade dos anos 90, épocas em que as organizações da sociedade civil começam a afirmar-se como autores autônomos. Sem desconsiderar a

influência do período colonial e a luta da libertação¹⁰ e os processos que têm vindo a contribuir para a estruturação atual das OSC é possível concentrar a análise sobre as últimas décadas, considerando os eventos e as dinâmicas subsequentes à liberalização política e econômica nos finais dos anos de 1980 e começo de 1990. Esse momento também foi marcado por três processos-chave: primeiro, a transição para um sistema político multipartidário estabelecendo liberdades civis e políticas; em seguida, a transição para uma economia liberal; e, por último, a adoção rápida das medidas de ajuste estrutural identificada pelo Banco Mundial e FMI (CONSTANTINI et. al, 2018, p. 22).

O segundo período culminou com o conflito político-militar de 1998, que acabou agravando o país e o processo de desenvolvimento. Não obstante, nos anos pós-guerra as necessidades e as lógicas das organizações da sociedade civil foram invertidas pelas próprias entidades, na medida em que o trabalho por elas desenvolvido voltou-se não mais para construir uma estrutura permanente, mas para prestar serviços num contexto de urgência, organizando os beneficiários para receberem as ajudas internas como externas. A preocupação na altura era mais de intervenção mediática “prestadores de serviços” e implementadores de projetos, e, nessa nova lógica de intervenção das OSC impulsionou o surgimento de novas organizações emergentes, muitas vezes criadas por pessoas que nos anos anteriores estavam noutras organizações, exemplo disso é a própria Placon GB¹¹. De outro lado, registou-se também a proliferação das organizações internacionais no país com funções de “líderes” nas iniciativas maiores, onde a dimensão dos financiamentos também eram maiores, porém desestabilizou a forma de atuação das organizações nacionais que na maioria continuam tendo capacidades limitadas à simples “implementação de ações identificadas, formuladas e geridas” por entidades externas; e por último verifica-se a proliferação de entidades “legalizadas” ao nível das regiões, aonde as entidades internacionais buscam parceiros para implementar as ações, que não poderiam gerir somente com os recursos humanos

¹⁰ Em 1910 foi criada a Liga guineense, com a finalidade de promover o acesso à educação. Esta associação foi depois reconhecida como uma primeira forma de resistência à colonização. Outras entidades surgiram ao longo das décadas seguintes, até a criação das associações de massa, como a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), a União Democrática das Mulheres (UDEMÚ), a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e dos Pioneiros Abel Djassi, apoiando de forma direta, num primeiro momento, o processo de libertação e, em seguida, a construção do estado pós-colonial.

¹¹ Lembra-se da teoria de mobilização de recurso (TMR), [...] que ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiras e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da condenação entre indivíduos doutro modo avulso. A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52).

“estruturados” na própria organização (*Idem*). Um dos critérios de apoio financeiro consistia nas organizações legalizadas pelo governo, tema sobre o qual debruçaremos mais adiante.

No que tange ao terceiro período apartamos a crise política e o golpe de Estado de 2012: neste contexto as OSC ganham um novo formato de atuação no território nacional e internacional, um processo não relacionado com gestão de recursos e de ajuda internacional, mas sim com a percepção da necessidade de assumir um papel política. Nessa perspectiva identificam-se algumas ONGs mais antigas e novas – formais e informais – que se mobilizam no período de golpe e no período seguinte para promover o retorno à democracia. Para Barros (2015) este período apresenta um olhar negativo do país, sobretudo uma interrupção do processo eleitoral, foram conseqüentemente entendidas pela comunidade internacional como um grave atentado a democracia. Além disso, estes acontecimentos tiveram uma resposta positiva na parte de mobilizações da sociedade civil, quer no país, quer na diáspora, incluindo no continente (Senegal e Cabo-Verde), Europa (Portugal, Espanha, Inglaterra e França) e na América Latina (Brasil). Criou-se uma onda forte em protestos públicos, e, estes fatos tiveram eco junto da comunidade internacional que não só condenou o golpe, mas também impuseram sanções políticas, diplomáticas e econômicas às autoridades que assumiram o poder após golpe (*Idem*).

Vale realçar que as OSC mais ativas nesse processo são as de “primeiro momento” que se engajam através de iniciativas de projetos específicos, mas também por meio de atividades “não-financiadas”, em ações de reforço do papel político e de controlo do território das OSC aos diferentes níveis e das entidades locais, formais e informais (CONSTANTINI, et.al, 2018, p. 25).

O quarto período da estruturação das OSC na Guiné-Bissau conforme o recente relatório da União Europeia, remonta ao retorno a uma situação de normalidade constitucional em 2014, o processo subsequente à formulação do plano “*Terra Ranka*¹²” e a eleição do presidente José Mário Vaz, paradoxalmente, é caracterizado por algumas dinâmicas que também influenciaram as OSC:

- Uma intensificação da situação de instabilidade política (limitada duração dos governos, mudança frequente do pessoal da administração pública, falta de recursos);

¹² *Terra Ranka* é um plano estratégico e operacional do Partido Africano da Independência para Guiné e Cabo-Verde 2015-2020, cuja meta concretizar todos os ensejos e aspirações do povo guineense, construir um progresso social. Mais informações verificar em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf>. Acesso: 10/03/2021.

- Uma redução ulterior dos doadores (e particularmente a saída do país da maioria dos doadores norte-europeus, cuja ação foi incluindo também iniciativas de apoio institucional, através de organizações como ICCO), ficando de facto só a União Europeia, diretamente e através das agências das NU;
- O lançamento de iniciativas de cooperação de dimensões maiores, não geridas pelas entidades públicas, mas por entidades internacionais, incluindo agências de cooperação bilateral (Instituto Camões), agências da ONU (FAO, UNICEF) e ONGI (IMVF, MSF, ...).

Para Barros (2015) nesse quadro as organizações de sociedade civil desempenharam um papel extremamente importante durante as eleições de 2014, na qual conseguiu de maneira satisfatória contribuir para a manutenção de um clima de tranquilidade e respeitabilidade durante todo o processo.

Com efeito, foi um período que marcou o cenário político e social guineense, resultando na realização das eleições legislativas e presidenciais vencidas pelo PAIGC e o candidato por ele apoiado, José Mario Vaz (Jomav). Um casamento que durou tão pouco tempo, derivando na derrubada do governo e o retorno a uma tremenda crise política e institucional. Novamente, assistiu-se ao surgimento de mais organizações da sociedade civil, por exemplo, o caso do Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI) em 2016, que teve mais impacto no seio da sociedade guineense cujo propósito de lutar pelo respeito do exercício da cidadania e pela consolidação do Estado de direito democrático.

4 SOBRE PLACON GB

A Plataforma de Concertação das ONG Nacionais e Internacionais na Guiné-Bissau (Placon-GB), criada em 16 de setembro de 2000. Surgiu na sequência de uma estrutura chamada Cédula de ONG Nacional e Internacional para a Gestão de Crise na Guiné-Bissau (CECRON), que surgiu durante o período de conflito político-militar de 7 de junho 1998. A CECRON era estrutura onde havia uma rede das ONGs de solidariedade com base na gestão da crise no país. Pode-se assim dizer que a Placon seria uma extensão ou versão mais

atualizada da CECRON. Foi criada pela concertação de 34 organizações, contemplando ao final de seu período de funcionamento 140 organizações cadastradas.

Dado que não há registros oficiais sobre a estrutura da PLACON-GB, coletamos as informações sobre a Plataforma nos relatos realizados durante o Primeiro Encontro de Plataformas de ONG dos Países de Língua Oficial Portuguesa, ocorrido em 2005, em Lisboa. À época a Plataforma foi representada por João Sarion Handem Júnior, Secretário Executivo e Fernando Cá, membro do Grupo Coordenador. Este Encontro reuniu Plataformas dos diversos países de língua oficial portuguesa, como a FONGA – Fórum de ONG Angolanas, a ABONG – Associação Brasileira de ONG, a Plataforma das Organizações Não Governamentais de Cabo Verde, p LINK – Fórum de ONG em Moçambique, a Plataforma Portuguesa das ONGD, a FONG – Plataforma De ONG de S. Tomé e Príncipe e a FONCTIL – Fórum das ONG de Timor-Leste¹³.

De acordo com João (Jamel) Sarion Handem Júnior, no que diz respeito à estrutura organizativa, a Plataforma tinha uma Assembleia-geral, um grupo de coordenação e um Conselho Fiscal. Emanado por um grupo de coordenação que era estruturada como uma espécie de Conselho de Administração, constituída por pessoal profissionalizado, nomeadamente por Secretário Geral, um administrador/a e outros funcionários que trabalham na plataforma.

Em relação aos objetivos da plataforma encontram-se seguintes aspectos: “promover e incentivar a reflexão, concertação e defesa de interesses comuns entre as ONGs; criar um quadro propício de relacionamento entre as ONGs, o governo e outros atores da sociedade civil; contribuir para a participação ativa das ONGs no processo democrático e de desenvolvimento da Guiné-Bissau” (PLAFORMA ONGD, 2005, p. 29). Com efeito, ela não intervinha nas ações das organizações, limitando-se em promover a concertação entre suas associadas evitando as tensões de centralização, deixando-lhes todo o espaço, toda a liberdade de atuação.

No que se refere à visão, a Placon-GB defende a promoção do desenvolvimento humano sustentável da Guiné-Bissau, por meio da participação do cidadão na construção da democrática, de solidariedade, de justiça econômica e social. Com base neste pressuposto que toda a contribuição das ONGs deve ser vista na Guiné-Bissau. Por exemplo, no atual cenário em que o país se encontra, marcado profundamente pela crise e pelos diversos conflitos

¹³ Durante nossa pesquisa na Plataforma, houve uma mudança do domínio. Atualmente, a busca pela PLACON-GB leva-nos a um novo diretório de organizações chamado apenas Organizações da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, com o endereço: <https://www.sociedadecivilgb.org/>. Visualmente o sítio da internet parece-se com o do PLACON-GB, as informações reiteram as que coletamos na construção do banco de dados, mas o nome da Plataforma já não consta lá.

político-militares e sociais que levaram inclusive a uma devastadora guerra civil cujas consequências estão longe de terminar, as ONGs constituem a principal força da sociedade civil que ainda é capaz de promover espaços de discussão alternativos, intercâmbios de experiências, de criar alianças com as comunidades de base tanto rurais como urbanas, sindicatos de trabalhadores, associações profissionais e diversas outras camadas sociais marginalizadas.

Enquanto os desafios à atuação da sociedade civil na Guiné-Bissau, o representante da Plataforma destacava os seguintes pontos: a criação de um ambiente propício à paz, estabilidade, democracia e boa governação; o respeito pelos direitos do cidadão, pela Constituição da República, pela separação dos poderes, pela independência das instituições e pelas leis da Guiné-Bissau; a implicação das diferentes camadas populacionais e sociais nas tomadas de decisão a nível local, sobretudo em todas as que dizem respeito às suas vidas ou que tenham a ver com a resolução dos seus problemas e das suas necessidades básicas; a promoção da inclusão social das camadas mais desfavorecidas e vulneráveis, o aumento do rendimento e da produção individual, familiar e comunitário coletivo, a promoção de políticas que favoreçam a equidade e justiça social entre homens e mulheres como condição prévia para o desenvolvimento durável e orientado para as pessoas (PRIMEIRO ENCONTRO DAS ONGs LUSOFONAS, 2005). Em vias de regra, as organizações da sociedade na Guiné-Bissau ocupam um espaço primordial na consolidação do espaço público e democrático, relativamente num Estado extremamente frágil, resultante de cíclicas crises político-sociais e económicas ampliando ainda mais desafios para as organizações da sociedade civil, nesse caso, têm-se revelado como co-protagonistas do desenvolvimento sobrepondo-se até ao próprio Estado em alguns casos.

De acordo com Constantini et.al (2008) a PLACON está inativa desde 2015, por razões ligadas à falta de apoio financeiro dos doadores internacionais e à falta de interesse das entidades participantes, não existe, neste momento, uma organização de âmbito nacional que federe todas as OSC que intervém na Guiné-Bissau. Durante o Encontro de 2005, Jamel apontava que a necessidade de financiamento estrangeiro era um dos principais desafios das organizações da sociedade civil no continente africano. Entre os problemas por ele apontados para acessar os fundos estavam a falta de mão-de-obra qualificada para participar dos projetos, os prazos exíguos e as muitas exigências feitas por doadores estrangeiros, sobretudo os países da União Europeia. Como possíveis estratégias, o coordenador Executivo da PLACON-GB listava a necessidade de busca de uma diversificação de financiadores e a prática de lobby para garantir a sobrevivência das organizações. Tendo em conta o histórico

da PLACON-GB, tais estratégias ou não se fizeram possíveis ou foram insuficientes para a sua continuidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para concretização deste trabalho utilizamos abordagem qualitativo e quantitativo com o uso de ferramentas metodológicas diversas. Para a coleta de dados foram usadas a pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, por parecer-nos a técnica que melhor adequa aos desafios da pesquisa, aqui ela visa compreender e analisar as dinâmicas e desafios das OSC das suas variadas configurações a partir da Placon.

Para Croswell (2007) uma pesquisa qualitativa é adequada quando um fenômeno de interesse é novo, dinâmico ou complexo, as variáveis relevantes não são facilmente identificadas e quando as teorias existentes não explicam o fenômeno. Neste caso, percebe-se que este método provê ao pesquisador um conhecimento mais profundo de um fenômeno produz um alto nível de detalhes, nesta abordagem o contexto é intrinsecamente ao fenômeno.

No que diz respeito à abordagem quantitativa, geralmente o fenômeno de interesse não é algo novo e já foi estudado, totalmente descrito, documentado através de pesquisas anteriores. Neste caso, ela permite ao pesquisador explorar a partir dos dados, com finalidade de desenvolver uma explicação mais geral do fenômeno (CROSWELL, 2007).

Quanto aos procedimentos técnicos, usou-se pesquisa bibliográfica que é basicamente desenvolvida com material já elaborado constituído relativamente de livros e artigos científicos, dissertação, teses etc. (GIL, 2002). Nesse sentido, ela constituiu como primeiro momento do presente artigo, através do dialogo com os autores que já debruçaram sobre o tema nos foi de suma importância para a concretização da investigação mencionada. Os referencias teóricos mobilizados qualificam a importância das organizações da sociedade civil e dos estudos das ciências sociais e humanos, sobretudo na Guiné-Bissau.

Em relação à coleta de dados e a montagem do banco de dados, elaboramos com base nos dados disponíveis no site da Placon GB, usando a ferramenta do Office “Excel” para armazenamento dos dados das organizações e posteriormente na sua montagem. A coleta foi feita no período de junho e julho de 2020. Registramos todas as organizações de acordo com as variáveis disponíveis no site: nome da organização, ano de fundação, ano de legalização, organização por tipo, nacionalidade, histórico, missão, visão, temáticas prioritárias de intervenção e regiões prioritárias de intervenção. Trata-se de variáveis qualitativas, nominais,

separadas por categorias determinadas pela PLACON-GB. As variáveis estão descritas no Quadro 1, abaixo. Durante a montagem, coletamos informações sobre 140 organizações da sociedade civil afiliadas à PLACON-GB.

Quadro 1 - Categorias disponíveis no site da PLACON-GB

Nome da variável	Categorias das variáveis
Nome da organização	-
Tipo de organização	Organização não governamental (ONG); associação comunitária; associação juvenil; associação profissional; cooperativa; fundação; meio de comunicação social; organização profissional; sindicato; rede/plataforma/federação e outra
Nacionalidade	Nacional Internacional
Temáticas prioritárias	Educação e formação; água, saneamento e higiene; direitos humanos; saúde; atividade geradora de rendimento; comunicação social; ambiente; gênero e micro-finanças.
Regiões prioritárias	Bafatá; Biombo; Bolama/bijagós; Cacheu; Gabú; Oio; Quinara; Sector autónomo de Bissau; Todo País e Tombali.
Missão	-
Visões	-
Histórico	-
Ano de fundação	1980-1984; 1985-1989; 1990-1994; 1995-1999; 2000-2004; 2005-2009; 2010-2015.
Ano de legalização	1990-1994; 1995-1999; 2000-2004; 2005-2009; 2010-2015.

Fonte: Elaboração própria.

Depois da construção do banco contendo todas as informações disponibilizadas, elaboramos tabelas dinâmicas para a análise dos dados disponíveis. Nas tabelas dinâmicas

realizamos o cruzamento entre as variáveis que nos permitiriam aportes explicativos sobre a dinâmica de funcionamento das organizações da sociedade civil em Guiné-Bissau. Os cruzamentos de variáveis nos permitiram analisar, entre outros: a distribuição de organizações por tipo; número de organização por ano de fundação; c) número de organização por ano de legalização; organização por temática de atuação; número de organização por ano de fundação, segundo temática; número de organização por região; número de organizações por tipo, segundo região de atuação; número de organizações por tema, segundo região de atuação. Infelizmente, os dados sobre a data de fundação e legalização são bastante deficitários, em razão da inexistência das informações completas no site da PLACON-GB. As tentativas de pesquisa diretamente com as instituições por meio de e-mail, contato via redes sociais e mesmo por telefone mostraram-se inefetivos, o que prejudicou a nossa análise nesse sentido.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Conforme destacado anteriormente, focaremos nesta seção em discutir e analisar os dados obtidos das organizações afiliadas na Placon-GB. Com efeito, conseguiu-se registrar 140 organizações da sociedade civil vinculadas à PLACON-GB, com seus respectivos nomes; siglas; algumas com datas de criação; algumas com datas de legalização; missão; visão e finalidades. Portanto, procura-se com esses dados produzir tabelas e gráficos para maior leitura e compreensão das dinâmicas, formas de atuação, e desafios das organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau.

Na Tabela 1 e no Gráfico 1 analisou-se as organizações por tipo. Neste âmbito a categoria *ONG* ocupou um lugar de destaque, representando 48%, e de seguida associação comunitária com 19%, associação juvenil com 10% e rede/plataforma/federação com 9%. A forte presença das ONGs tem sido percebida desde momento da abertura democrática no início dos anos 1990 que inaugurou uma nova fase da história do país, onde assistiu-se ao nascimento e proliferação de várias formações partidárias e organizações da sociedade civil como já destacado anteriormente, com objetivo de lutar contra a cultura autoritária; desenvolver o protagonismo político da sociedade civil; promover a redução das desigualdades e o respeito a diversidade cultural; combater as carências socioeconômicas das populações rurais e urbanas; estreitar relações com as organizações internacionais. Mas, o

período com maior intensidade das ONG na Guiné-Bissau, evidenciou-se depois da Guerra de 7 de junho de 1998.

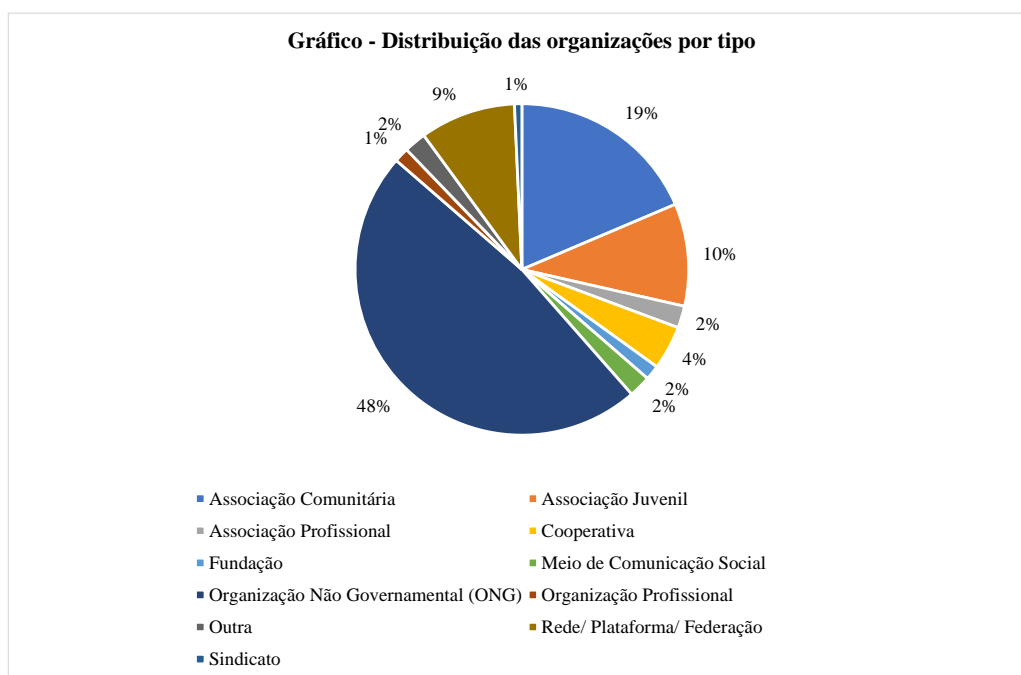
Nesta época assistiu-se outra vez a proliferação de novas entidades sociais, só que desta vez com diferente configuração em termos das estratégias e mobilização. Essas novas organizações insurgentes são percebidas como “prestadoras de serviços”, dependentes de financiamento, especialmente das ONGs internacionais. Levando em consideração os eventos mencionados percebe-se que os números elevados das ONGs registrados na Plataforma reforçam esses achados:

Tabela 1 - Número de organizações, por tipo

Associação Comunitária	26
Associação Juvenil	14
Associação Profissional	3
Cooperativa	6
Fundação	2
Meio de Comunicação Social	3
Organização Não Governamental (ONG)	67
Organização Profissional	2
Outra	3
Rede/ Plataforma/ Federação	13
Sindicato	1

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Gráfico 1 - Distribuição das organizações por tipo

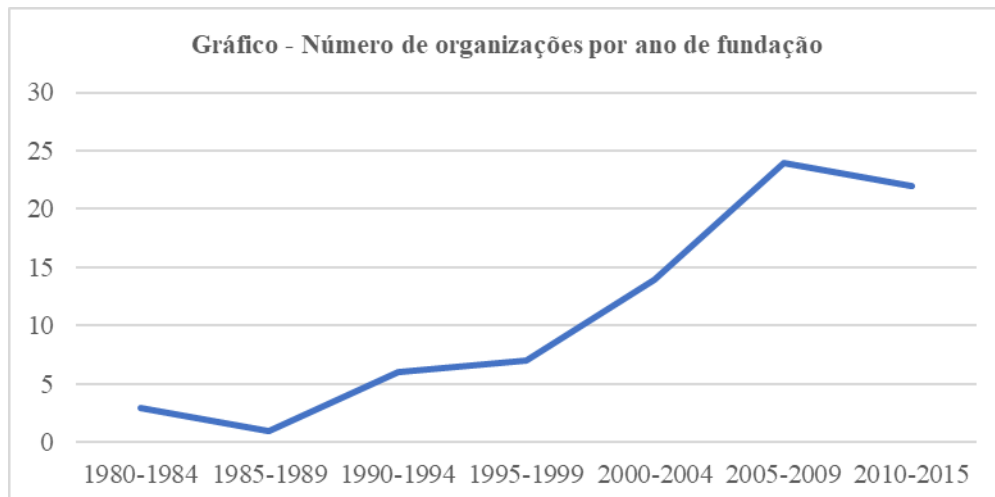


Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

No tocante ao ano da fundação das organizações de sociedade civil tivemos dificuldades em encontrar as datas de criação das organizações¹⁴. Através de base de dados que estima 140 e 63 encontram-se sem informações do ano de fundação. Uma análise mais próxima para responder a nossa inquietação são organizações sociais que Constantini et.al (2018) denominariam de primeiro nível- são organizações que se encontram ao nível das comunidades, podendo estar legalizados (como no caso de muitas associações) ou não legalizados ou informais.

Os anos das organizações registadas na plataforma destacaram o período de 2005-2009 com maior número de organizações com anos de fundação com 24; o período seguinte de 2010-2014 com 18 e de 2000-2004 com 14, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de organização por ano de fundação



Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Como foi abordado antes, os dados afirmam aquilo que a literatura aponta: considerando os momentos pós-guerra de 7 de junho de 1998, com a nova proliferações dos movimentos sociais com visões, missões, objetivos distintos das organizações da sociedade civil anteriores cujas configurações voltadas para mobilização de recursos “prestadores de serviços”. Concomitantemente com o impulso das internacionais no país.

Quando tratamos da legalização, a construção desse quadro também não é muito diferente do anterior, considerando número significativa das organizações sem informações do ano de legalização de 140 associações 115 encontram-se sem data da legalização.

¹⁴ Vale destacar que durante a coleta de dados conseguimos incorporar algumas organizações que não estavam nos dados da PLACON, para dar mais consistência o nosso quadro. Entre elas: associação dos amigos da criança (AMIC) 1984; cooperativa agropecuária de jovens quadros (COAJQ) 2000.

- 25 estão legalizados
- 115 estão sem informações

Dentre as organizações legalizadas o período de 2010-2014 destaca com maior número de organizações legalizadas com total de sete; 2005-2009 seis (6) e 2000-2004 também com seis (6). Para Constantini et.al (2018) a lei estabelece um processo de constituição das associações e das ONG. No entanto, se trata de um processo complicado e oneroso, considerando a condição financeira não estável que caracteriza maioria da população no país, sobretudo nas zonas rurais: conforme sobre o custo para a legalização de uma entidade da sociedade civil estimam-se entre 200.000 e 350.000 FCFA, além do custo de elaboração dos estatutos nos casos em que seja preciso contratar alguma pessoa com esta finalidade. O processo de legalização compreende os seguintes passos:

- Realização da Assembleia Constituinte da Associação, da qual produz-se-á a respectiva Acta;
- Certidão negativa para confirmar que o nome adoptado é único e não existe nenhuma outra instituição similar com o mesmo nome;
- Escritura pública de constituição da Associação no Cartório Notarial;
- Matrícula/Registo da Associação na Conservatória;
- Publicação da certidão de constituição no Boletim Oficial.

É evidente que o processo de legalização é demorado acima de tudo implica ida e vindas das organizações que não têm sede na Capital, considerando a centralidade dos ministérios e departamentos em Bissau. As vantagens da legalização para as organizações são direitos de isenções aduaneiras, concessões e uso da terra.

Tabela 2 - Número de organizações, por ano de legalização

1990-1994	3
1995-1999	2
2000-2004	6
2005-2009	6
2010-2014	8
Sem informação	115
Total	140

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Gráfico 3 - Número de organizações, por ano de legalização

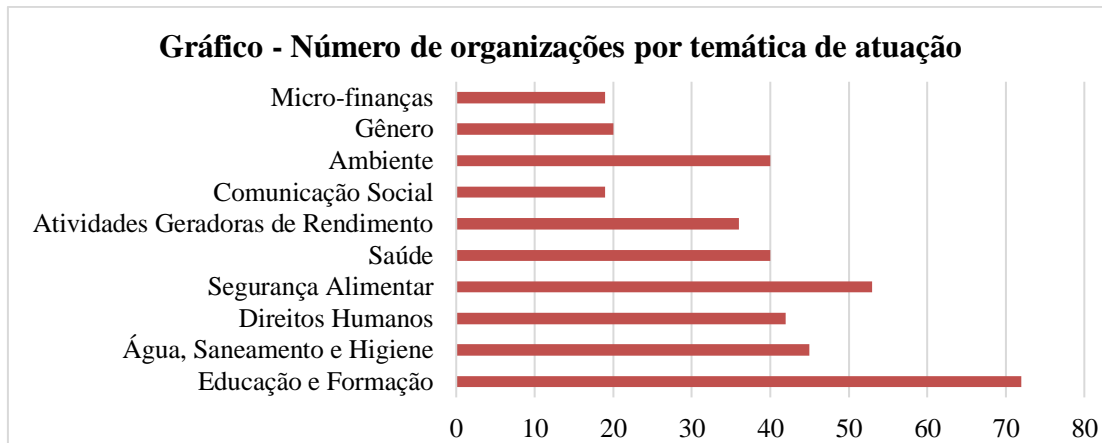
Fonte: PLACON-GB. Elaboração Alassana Dem e Layla Carvalho

A Tabela 3 e Gráfico 4 apresenta a distribuição das organizações de acordo com a temática prioritária de trabalho. A tabela nos permite perceber que as organizações têm atuado em diferentes temáticas, com maior ênfase na “Educação e Formação”, “Segurança Alimentar”, “Água, Saneamento e Higiene” e “Direitos Humanos”. Essas áreas são cobertas respectivamente por 72, 53, 45 e 42 das organizações vinculadas à PLACON-GB. No outro extremo, as áreas de “Micro-finanças” e “Comunicação social” contam com a menor adesão: ambas têm 19 das organizações atuando nessas temáticas. Essa distribuição temática nos remete ao papel das organizações da sociedade civil como provedoras de serviços não oferecidos pelo Estado guineense. Considerando, a fragilidade e de certos casos a ausência do engajamento do Estado, a OSC têm tido um papel decisivo na busca de superação de dificuldades, das populações mais carentes e conseqüentemente no processo da consolidação da paz e de um Estado de direito.

Tabela 3 - Organizações por temática de atuação

Educação e Formação	72
Água, Saneamento e Higiene	45
Direitos Humanos	42
Segurança Alimentar	53
Saúde	40
Atividades Geradoras de Rendimento	36
Comunicação Social	19
Ambiente	40
Gênero	20
Micro-finanças	19

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Gráfico 4 - Número de organizações por temática de atuação

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

A situação em que muitas organizações acabam agregando mais de uma área temática chama bastante atenção. De igual modo, o Relatório da UE (2018) demonstrou esse fato, o que afirma que essa questão se deve principalmente por fraca participação das ONG especializada, em decorrência disso permite muitas organizações a declararem intervenções entre 5 ou mais âmbitos temáticos. Por exemplo,

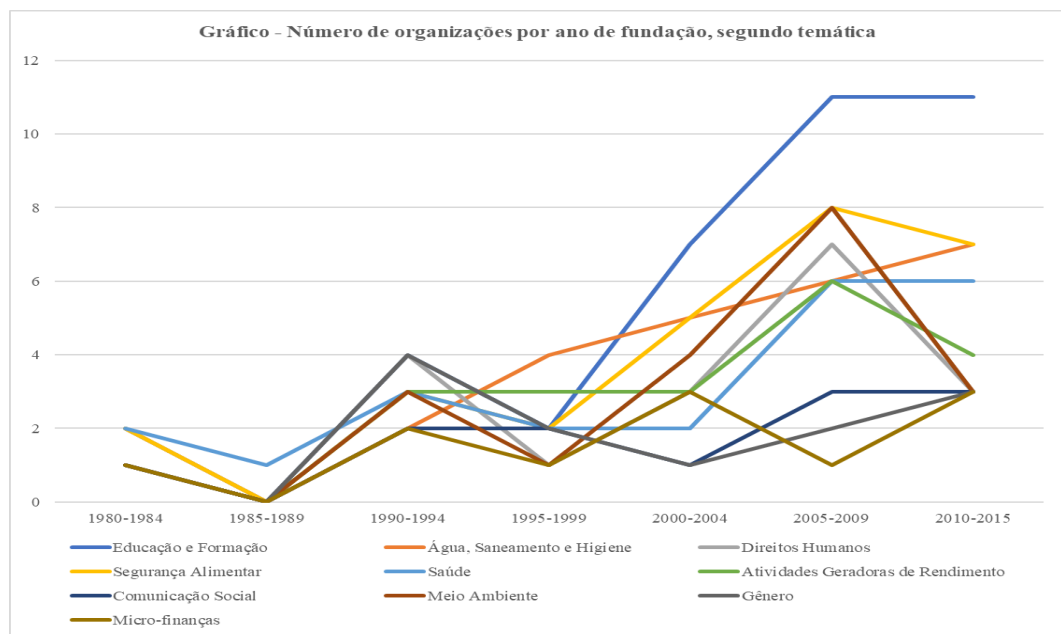
- No caso de associação dos amigos da criança (AMIC) criada em 1984, com objetivo de promover e defender os direitos das crianças, cuja única área de atuação é *direitos humanos*;
- Cooperativa agropecuária de jovens quadros, fundada em 2000, cujo objetivo superar o desemprego, desigualdade e projeto, apresenta duas áreas temáticas: segurança alimentar e atividades geradoras de renda;
- Caritas GB é uma organização da igreja Católica fundada em 1982, que agrega quatro áreas de atuação: saúde; educação e formação; segurança alimentar; atividades geradoras de renda.

Ciente desta situação, decidimos analisar as áreas temáticas não por organização, mas sim, por cada uma das áreas de atuação. Como analisa Cardoso “não há dúvida que a captação de recursos continua a ser uma das preocupações destas organizações, mas não se lhes pode negar um certo papel no despertar e/ou elevação da consciência do cidadão comum relativamente a estes temas” (2008, p. 15). Considerando um país onde mais de 70% da sua população é analfabeto, não surpreende muito o percentual das organizações em cingirem mais na temática da educação e formação: de um lado a educação é vista como desmonte da

Tabela 4 - Número de organizações por ano de fundação, segundo temática

	1980-84	1985-89	1990-94	1995-99	2000-04	2005-09	2010-15	NA	Total
Educação e Formação	1	0	4	2	7	11	11	36	72
Água, Saneamento e Higiene	2	0	2	4	5	6	7	19	45
Direitos Humanos	2	0	4	1	3	7	3	22	42
Segurança Alimentar	2	0	3	2	5	8	7	26	53
Saúde	2	1	3	2	2	6	6	18	40
Atividades Geradoras de Rendimento	1	0	3	3	3	6	4	16	36
Comunicação Social	1	0	2	2	1	3	3	7	19
Meio Ambiente	1	0	3	1	4	8	3	20	40
Gênero	1	0	4	2	1	2	3	7	20
Micro-finanças	1	0	2	1	3	1	3	8	19
Total	14	1	30	20	34	58	66		

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Gráfico 5 - Número de organizações por ano de fundação, segundo temática

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

A Tabela 5 e figura 2 representam o número de organizações por região. Tendo selecionadas todas as regiões inclusive o sector autónomo de Bissau, que também apresentou maior número de centralidades das OSC, totalizando 34 organizações, de seguida Tombali com 32, Quinara recebendo 27. De acordo com o relatório da União Europeia (2008), o destaque do Sector Autónomo em termos percentual não é algo surpreendente levando em

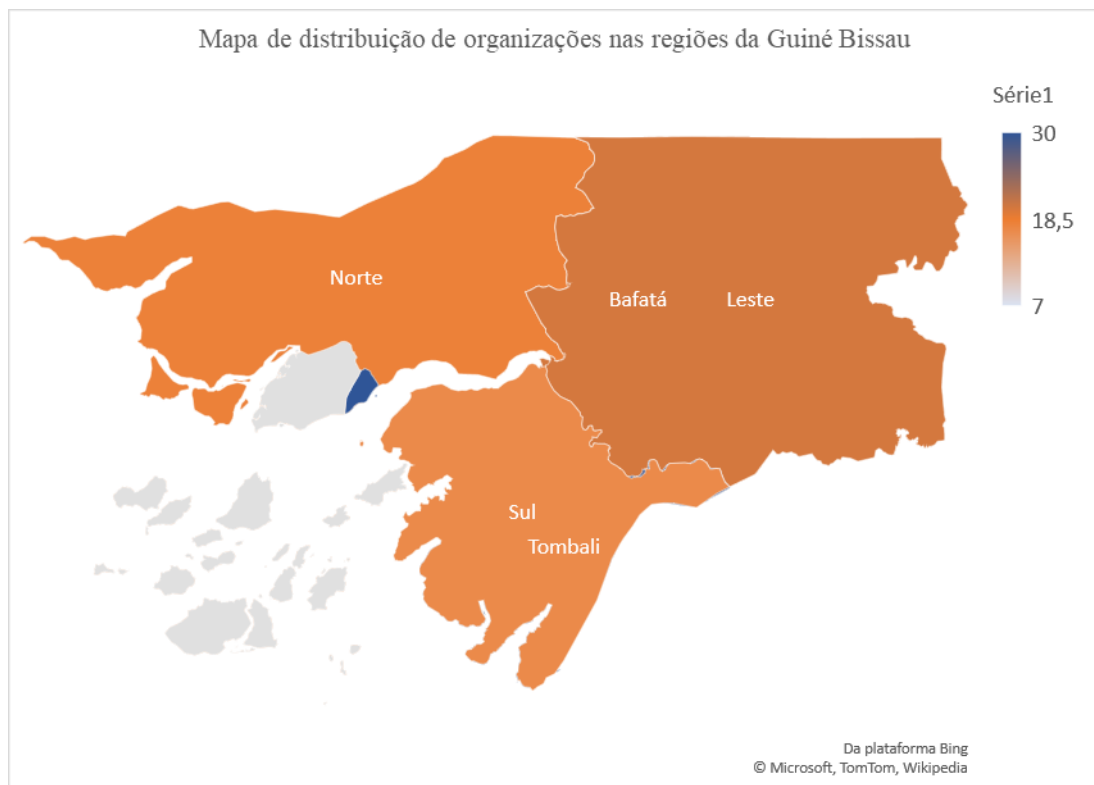
conta algumas variáveis, por exemplo: a centralização dos recursos do país na capital, o facto de que as entidades e as ONGs internacionais têm os seus escritórios em Bissau e que a própria administração pública tem uma presença fora da capital muito limitada.

Tabela 5 - Número de organizações por região

Oio	21
Bafatá	23
Gabu	23
Tombali	32
Cacheu	23
Bolama Bijagós	20
Setor Autônomo de Bissau	34
Biombo	10
Quinará	27

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Figura 2 - Mapa de distribuição das organizações por região



Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Contudo, houve uma forte aderência das organizações nas regiões de Quinara e Tombali, somando no total de 59. Nessas regiões geralmente as organizações caracterizam-se por grande vitalidade e capacidade relativamente alta em relação aos processos de mobilização e participação das populações, para resolver os problemas emergentes ao nível

local, mormente são OSC com pouca capacidade financeira. Por outro lado, são entidades que dependem do financiamento das organizações externas, isso acaba se tornando um perigo para seus projetos essenciais ou iniciais “com a consequência de perderem os seus papéis e funções sociais originárias ligadas a resolução dos problemas emergentes” (CONSTANTINI, et.al, 2018, p. 14). Na mesma ótica, KOUDAWO (1996) e BARROS (2010) advertem que dependendo da base de inserção das organizações, pelo caráter instrumental e formal dessas organizações devido às filosofias de projetos de doadores que privilegiam o trabalho direto com os grupos sociais (organizados formalmente), há um aumento do número de associações, que na capital quer nas zonas rurais do interior do país. Nesse sentido, as agencias financiadoras acabam interferindo diretamente nos projetos das organizações em detrimento das suas agendas prioritárias por concessão de recursos financeiros.

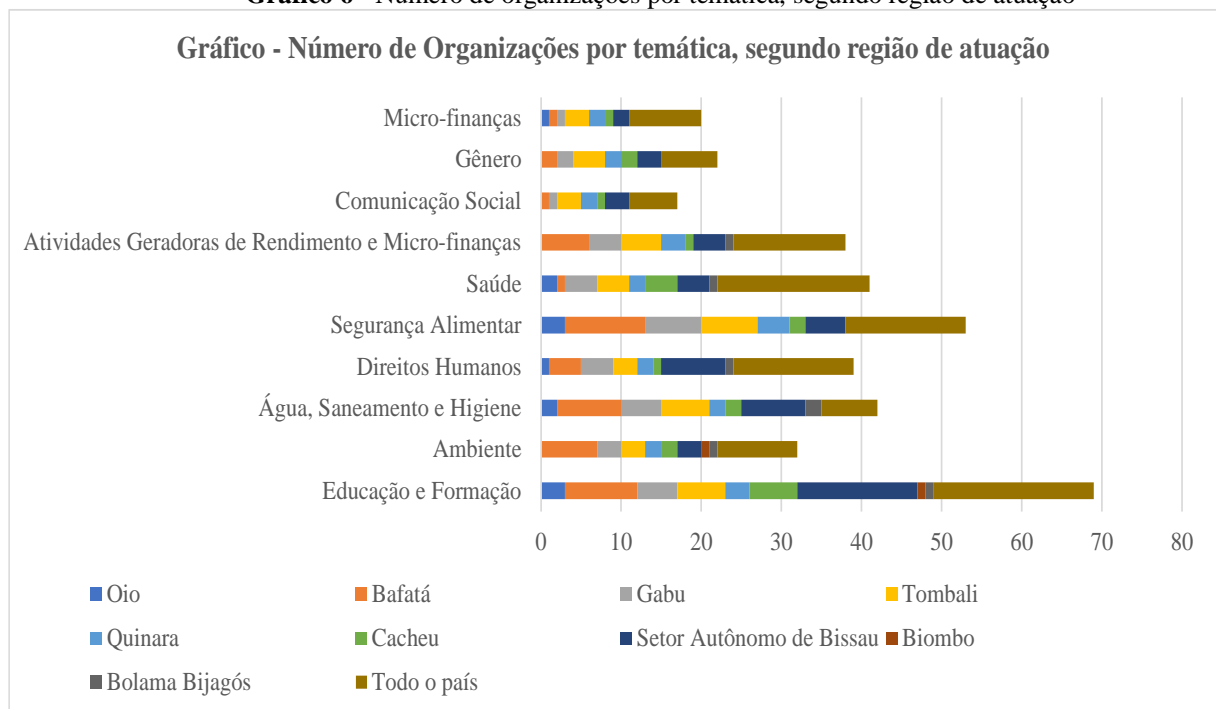
A Tabela 6 apresenta os dados dos tipos de organização por região. Com efeito, ela acaba sintetizando as (Tabelas 1, 5 e Gráficos 1 e figura 2), no sentido de deixar-lhes mais condensadas. Destacando as ONGs, associação comunitária e associação juvenil, como organizações por tipos como maiores números e estão distribuídos por todo o país. Entre elas as regiões como: Tombali, Quinara, Bissau e Todo o País, apresentam mais números de organizações.

	Oio	Bafatá	Gabu	Tombali	Cacheu	Bolama Bijagós	Bissau	Biombo	Quinará	Todo o país
Ass. Comunitária	4	5	4	6	4	3	4	1	2	4
Ass. Juvenil	2	3	1	2	4	0	5	0	1	1
Ass. Profissional	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Cooperativa	0	1	1	1	0	1	1	0	0	4
Fundação	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Meio de Comunicação	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0
ONG	11	11	10	17	9	10	15	4	19	16
Org. Profissional	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Outra	1	0	0	2	1	0	1	1	0	0
Rede/ Plataforma/ Federação	0	0	3	1	1	1	2	0	1	6
Sindicato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	18	20	20	29	20	17	30	7	24	35

Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Considerando as distribuições das organizações por temática segundo região, conforme os dados levantados é possível observar uma grande tendência das organizações se preocuparem com áreas temáticas de acordo com a região. Obviamente que cada região atenta em responder as necessidades que emergem nas suas realidades e principalmente no fortalecimento da sua região. Com isso, vale também salientar que encontramos organizações que não destacam uma região ou algumas regiões de atuação, mas sim, designam as suas regiões de atuação como “*todo país*”, atuando nacionalmente em suas temáticas de interesse. De acordo com o Gráfico 6 abaixo, a região que mais apresenta números significativos por temática são organizações da sociedade civil que declaram as suas atuações em todo país assim destacam-se como maioria em todas as áreas de atuações selecionadas.

Gráfico 6 - Número de organizações por temática, segundo região de atuação



Fonte: Adaptado de PLACON-GB.

Com base no gráfico 6 podemos verificar o perfil temático das organizações da sociedade civil a partir das seguintes regiões:

- *Bafatá*, região localizada no leste da Guiné-Bissau, as áreas de atuação mais destacadas são: segurança alimentar; educação e formação, água, saneamento e higiene; ambiente; atividades geradoras de renda;
- *Bolama Bijagós*, a área temática com maior número de destaque foi água, saneamento e higiene;

- *Biombo* verifica-se mais presença das organizações com perfis na educação e formação e no ambiente;
- *Cacheu*, é uma região situada no norte de país, segundo os dados do Placon percebe-se mais tendências fortes das organizações na parte da educação e formação e na saúde;
- *Gabu*, também uma região do leste do país, vizinha de Bafatá, que as suas áreas prioritárias não são muitos distantes como podemos ver áreas de proeminência como, segurança alimentar; água, saneamento e higiene; educação e formação; saúde e direitos humanos;
- *Oio*, que se situa também no norte do país, e as áreas que as organizações destacam com maior intensidade foi a educação e formação e segurança alimentar;
- *Quinara*, uma região localizada no sul do país, as ONG estão mais fortes na área de segurança alimentar; atividades geradoras de renda e educação e formação;
- *Sector Autônomo*, onde está sediada no capital do país (Bissau), onde há atuação de todas as áreas são notadas, mas os mais evidentes são: educação e formação; direitos humanos e água, saneamento e higiene;
- *Todo País*, como o próprio nome indica ele engloba toda região nacional, nesta também houve números expressivos dos números de organizações e as suas áreas de atuação e de igual modo, apresenta áreas de destaque como: educação e formação; saúde; direitos humanos; segurança alimentar e atividades geradoras de renda;
- *Tombali*, região localizada no sul de país, também por sua vez apresenta destaque na segurança alimentar; educação e formação; atividades geradoras de renda; água, saneamento e higiene; saúde e gênero.

A partir desta leitura nota-se que as áreas de atuação das ONG por região, levando também em consideração as suas prioridades. Infelizmente, no que diz respeito ao gênero deparamos com fraca atuação das organizações da sociedade civil, conforme aponta o Relatório de União Europeia (2018). Apesar da presença das mulheres engajarem-se na fundação e participação das organizações de mulheres, as próprias organizações de mulheres, que trabalham com o empoderamento econômico, promoção das atividades de comércio (*as bideras*), não indicam o “gênero” como sendo um tema principal, como é o caso das *mandjuandadis e bideras*. Portanto, percebe-se que não há uma falta de ações relacionadas com as áreas de gênero, mas sim à falta de reconhecimento da temática como questão

relevante ao nível local. Por exemplo, as *mandjuandadis e as bideras* são grupos organizados geralmente por mulheres e que atuam diretamente na esfera social.

Portanto, levando em consideração as tabelas e gráficos discutidos nessa seção percebemos que as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau, a partir das suas dinâmicas de atuação, têm-se demonstrado como co-protagonistas do desenvolvimento inclusivo e sustentável na Guiné-Bissau.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o exposto, torna-se possível inferir que o histórico do país não oferece uma imagem positiva tanto no âmbito nacional quanto no internacional, marcado por séries de episódios de instabilidades governativas geradoras de inúmeros entraves econômicos, sociais, culturais, que criam ainda mais dificuldade para a manutenção da sociedade civil em prol ao desenvolvimento do país.

Como foi apresentado antes, de fato, a transição democrática constitui um passo importante para o país referente aos direitos civis e políticos, relativamente no que diz respeito à liberdade de expressão. Contudo, viu-se uma violação sistematicamente a Constituição da República e dos direitos do cidadão desde adoção do país ao regime democrático.

Concernentemente, aos resultados da pesquisa, ou seja, os dados obtidos na Plataforma evidenciam que os desafios das organizações da sociedade civil guineense ainda são enormes, especialmente do ponto de vista socioeconômico e político-institucional. Pelo visto, as mudanças do regime autoritário para democracia ainda não foi suficiente de garantir uma estabilidade política, econômica e social. Em passagens como estas, deixa evidente que as dinâmicas e os desafios das OSC na Guiné-Bissau consistem-se numa luta constante de resistência dos direitos civis, políticos e econômicos, que, mormente sendo violado invariavelmente pelo Estado. De igual modo, observa-se as organizações constituem um papel importante no inferir a gestão de crise no país. Ora bem, se atentarmos a literatura perceberemos que o engajamento da sociedade civil na construção de um clima de tranquilidade, de solidariedade e sentimento de desenvolvimento é permanente. A título de exemplo é a própria PLACON que nasce num contexto de crise, cujo papel consiste em garantir a concertação entre as organizações não governamentais e contribuir para a sua

participação no desenvolvimento socioeconômico e político servindo de ponte entre o Estado e as ONGs.

Em linhas gerais, devido à fraca mobilização dos recursos econômicos e humanos as organizações da sociedade civil guineense, se deparam num processo de dependências econômicas das agentes internacionais, a própria experiência da PLACON e de outras coordenações e plataformas gerais das OSC, sempre estiveram condicionadas aos investimentos e ações dos atores externos. Portanto, podemos considerar alguns aspectos importantes do presente trabalho: - de um lado os dados analisados a partir da Plataforma de concertação das ONGs confirmam aquilo que a literatura aponta sobre as dinâmicas e os desafios da OSC no país. – Do outro lado, além da perspectiva da nossa revisão de literatura conseguimos com os dados da Placon apresentar uma visão e versão proeminente da Sociedade civil guineense, conseguiu-se apresentar com precisão as organizações por tipo; as regiões com mais destaque; os engajamentos temáticos, os períodos com mais insurgências das organizações e legalização. Por fim, esperamos com esse trabalho contribuir de maneira imprescindível no campo de estudos das ciências sociais e humanas, sobretudo na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. São Paulo, Lua Nova, 76: 49-86, 2009.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARROS M. e RIVERA, O. (2011), A (Re) Construção Do Estado No Contexto dos Estados Frágéis: O caso Da Guiné-Bissau, in **Actas do II Congresso “África-Occidente”**- Corresponsabilidad en El Desarrollo, Vol II, Fundación Europea para La Cooperación Norte Sur, Huelva, pp. 603-619.

BARROS, Miguel. **A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau**: dinâmicas, desafios e perspectivas. ed.- U.E – PAANE, 2014.

CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. **Codesria – Yaounde**, Cameroun: 07/11/12/2008.

COSTANTINI, Gianfrancesco; UMBAR, Roque; EMBALO, E. Haua. **Mapeamento da sociedade civil na Guiné-Bissau**. União Europeia: Relatório Final - Contrato N° 2017/386023, 2018.

CROSWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. – 2. ed. - Porto Alegre. 2007.

GIL, Antonico. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOUDAWO, F. A Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996. (Coord), **Pluralismo Político na Guiné-Bissau**, INEP, Bissau, 1996-; pp. 67-120.

MONTEIRO, Artemisa. O. Candé. **Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1945- 1994)**. Curitiba: Appris, 2019. 305 p.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Revista sociedade do Estado** – Volume 30 Número 2. Maio/Agosto 2015.

Organizações da Sociedade civil na Guiné-Bissau: disponível em: <https://www.sociedadecivilgb.org/business-directory/506/ong-artesoes-e-ourives/>. Acesso: 20/01/2020.

Primeiro encontro das Plataformas das ONG dos Países Lusófonas, 2005. Disponível em: <https://www.abong.org.br/final/download/encontroportugues.pdf>. Acesso: 26/02/2021.

SEMEDO, M. O. C. Soares. **As mandjuandades: cantigas de mulheres na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura**. Belo Horizonte, 2010. 451. : II.

TEIXIERA, R. J. Dumas. O conceito da sociedade civil: um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia**. Rev. do Prograd. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 15. n. 2. p. 161 – 180. 2012.

_____. **Cabo verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado**. – Recife: Ed. do Autor, 2015. 519p.

_____. Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: *Djuntamon* para novas relações », **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 31 | 2016, posto online no dia 29 setembro 2016, consultado o 10 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cea/2043> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cea.2043>